



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretoria Geral

Diretoria Administrativa

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111

Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnocs>

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 59400.000130/2025-49

Interessado: SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA

Atestamos para os devidos fins de comprovação técnica, que a empresa **SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.360.290/0001-23**, estabelecida na Avenida Santos Dumont, nº 2828, sala 908, Bairro Aldeota, na cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, prestou serviços ao **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS** CNPJ nº 00.043.711/0001-43, situado na Av. Duque de Caxias, n 1700, Centro, Fortaleza/Ceará, **referente a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) e de apoio administrativo, na categoria de contínuo, para atendimento à demanda da Administração Central do DNOCS**, através do Contrato DNOCS nº 69/2018 (0219406), que teve início dia 28/12/2018 consecutivos e ininterruptos até 28/12/2024, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Auxiliares serviços gerais	POSTO	25
02	Encarregado	POSTO	1
03	Contínuo	POSTO	10

Por fim, declaramos que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, não havendo nada que possa desabonar a sua Capacidade Técnica.

[assinado eletronicamente]

Antônio de Pádua Araujo Farias

Fiscal do Contrato

Portaria nº 17 DG, de 11 de Janeiro de 2019 - 0225937

[assinado eletronicamente]

Narcélio Moreira Albuquerque
Diretor Administrativo - DNOCS

VISTO:

[assinado eletronicamente]

Fernando Marcondes de Araújo Leão
Diretor Geral - DNOCS



Documento assinado eletronicamente por **Antônio de Pádua Araújo Farias, Fiscal de Contrato**, em 15/01/2025, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Lopes Barsi, Diretor Administrativo - Substituto**, em 16/01/2025, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Marcondes de Araújo Leão, Diretor Geral**, em 16/01/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1833901** e o código CRC **E8F92255**.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DIRETORIA GERAL

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

Contrato DNOCS nº 69/2018

Unidade Gestora: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS) E A EMPRESA SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA, PARA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, E DE APOIO ADMINISTRATIVO NA CATEGORIA DE CONTÍNUO, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO DNOCS, NA FORMA ABAIXO:

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, entidade autárquica federal, criada pela Lei Nº 4.229, de 1º de junho de 1963, alterada pela Lei Nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, CGC Nº 00.043.711/001-43, com sede na Av. Duque de Caxias, Nº 1.700, Edifício “Arrojado Lisboa”, na Cidade de Fortaleza-CE, doravante denominado simplesmente **DNOCS**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o Senhor Eng.º **ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA**, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Bom Jesus dos Aflitos, nº 694, Bairro: Mondubim - Fortaleza-Ce, portador da Cédula de Identidade nº 238922-81 e CPF nº 259.479.743-04 e por seu Diretor Administrativo, o Senhor **GUSTAVO HENRIQUE DE MEDEIROS PAIVA**, residente e domiciliado em Fortaleza-Ce, Identidade Nº 001.890.387-SSP-RN e CPF Nº 035.243.474-01, na conformidade do que dispõe o inciso XV, do art. 2º da citada Lei, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.204, de 22.02.2001, e a empresa **SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA**, com sede na cidade de Fortaleza-Ceará, sito à Avenida Santos Dumont, nº 2828, sala 908, Bairro Aldeota, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.360.290/0001-23, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sra. **DANIELLA LUCETTI LUNA**, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza-Ceará, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade de nº 8907002035900 SSP/CE e CPF nº 422.515.163-87, tendo em vista o que consta do processo Nº 59400.000920/2017-14, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 003/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) e de apoio administrativo, na categoria de contínuo, para atendimento à demanda da Administração Central do DNOCS, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Grupo	Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTDE	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
01	1	Serviço de Limpeza e Conservação		104.863,42	1.258.361,01
	2	Serviço de Apoio Administrativo, na categoria de contínuo.	35	92.675,56	1.112.106,66
TOTAL				197.538,97	2.370.467,67

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, a contar a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 104.863,42 (cento e quatro mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 1.258.361,01 (um milhão, duzentos e cinquenta

e oito mil, trezentos e sessenta e um reais e um centavo), para o item 01.

3.2. O valor mensal da contratação é de R\$ 92.675,56 (noventa e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 1.112.106,66 (um milhão, cento e doze mil, cento e seis reais e sessenta e seis centavos), para o item 02.

3.3. O valor global anual da contratação é de **R\$ 2.370.467,67 (dois milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e sete centavos).**

3.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.5. A referida despesa encontra-se parcialmente assegurada através da Nota de Empenho Nº 2018NE800370, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 193002

Fonte: 0100/0250

Programa de Trabalho: 107918

Elemento de Despesa: 3390.37

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. A repactuação de preços envolvendo insumos (exceto quanto às obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, serão efetuadas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor amplo - IPCA/IBGE.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 118.523,38 (cento e dezoito mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo

as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As execuções decorrentes deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Fortaleza, Seção Judiciária do Ceará, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

Diretor Geral do DNOCS

GUSTAVO HENRIQUE DE MEDEIROS PAIVA

Diretor Administrativo do DNOCS

DANIELLA LUCETTI LUNA

Representante Legal da empresa SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLA LUCETTI LUNA, Usuário Externo**, em 27/12/2018, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique de Medeiros Paiva, Diretor Administrativo**, em 27/12/2018, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor Geral**, em 28/12/2018, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0219406** e o código CRC **46D4B762**.

Referência: Processo nº 59400.000920/2017-14

SEI nº 0219406



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

Diretoria Geral

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnocs>

TERMO ADITIVO Nº 85/2023/DG

Processo nº 59400.000920/2017-14

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2018, QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS E A EMPRESA SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL.

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**, entidade autárquica federal, criada pela Lei Nº 4.229, de 1º de junho de 1963, alterada pela Lei Nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, CGC Nº 00.043.711/001-43, com sede na Av. Duque de Caxias, Nº 1.700, Edifício Arrojado Lisboa, na Cidade de Fortaleza-CE, doravante denominado simplesmente **DNOCS**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o Engº **FERNANDO MARCONDES DE ARAÚJO LEÃO**, Matrícula Funcional nº 03189526 e por seu Diretor Administrativo, o Senhor **NARCELIO MOREIRA ALBUQUERQUE**, Matrícula Funcional nº 3341622, doravante denominada **CONTRATANTE**, e empresa **SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA**, R. Rodrigues Júnior, 197 CEP 60.060-000 - Centro, Fortaleza-Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.360.290/0001-23, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado pela Senhor **DEYVID MORAIS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza-CE, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2007010109640 – SSP/CE, e CPF nº 041.303.283-36, tendo em vista o que consta no processo nº 59400.000920/2017-14, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato DNOCS nº 69/2018, decorrente do Pregão nº 003/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Trata o processo de prorrogação em caráter excepcional da vigência do Contrato DNOCS nº 69/2018 (0219406), relativo a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) e de apoio administrativo, na categoria de contínuo, para atendimento à demanda da Administração Central do DNOCS.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. Prorroga-se o prazo de vigência do DNOCS nº 69/2018 (0219406), por até 12 (doze) meses, a partir de 28/12/2023 até 28/12/2024, ou até ser efetivada a conclusão do novo procedimento licitatório, objeto do processo administrativo nº 59400.000885/2023-81.

2.2. O presente Termo poderá ser rescindido antecipadamente, desde que a Contratante informe a Contratada, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência. Assim, tão logo o certame para a nova contratação seja finalizado, o presente contrato será rescindido.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. O valor anual estimado deste Contrato é de **R\$ 1.828.754,64** (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

3.2. O valor mensal estimado é de **R\$ 152.396,22** (cento e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos).

3.3. O valor atribuído individualmente pela prestação dos serviços objeto deste aditivo serão os seguintes:

Cargo	Quantidade	Valor Posto	VALOR MENSAL	VALOR PARA 12 MESES
Auxiliar serviços gerais	25	R\$ 4.509,70	R\$ 112.742,46	R\$ 1.352.909,55
Encarregado	1	R\$ 3.839,12	R\$ 3.839,12	R\$ 46.069,49
Contínuo	10	3.581,46	R\$ 35.814,63	R\$ 429.775,60
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 152.396,22
VALOR TOTAL ANUAL PARA 12 MESES				R\$ 1.828.754,64

3.4. Fica assegurado à CONTRATADA o direito à repactuação de valores ainda não adimplidos referentes ao ciclo de vigência imediatamente anterior à presente prorrogação, não concedidos e/ou pendentes de solicitação referentes ao aumento de custos em razão da homologação de novo Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que atendidos os requisitos preceituados no termo de referência.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS**

4.1. Áreas do Edifício Sede:

TIPO DE ÁREA	PRODUTIVIDADE IN nº 05/2017	ÁREA M²
Piso Frio	800	10.177,80
Banheiro	200	887,18
Piso Acarpetado	800	208,64
Hall	1.000	356,00
Almoxarifado (escritório)	800	63,00
Pátio e Áreas Verdes	1.800	6.398,00
Esquadria Interna	300	3.267,33
Esquadria Externa	300	3.267,33

4.2. Áreas do Arquivo, Rua Pe. Mororó e Museu das Secas, Rua Pedro Pereira:

TIPO DE ÁREA	PRODUTIVIDADE IN nº 05/2017	ÁREA M²
Piso Frio – R, Pe. Mororó	1.000	479,00
Área Externa	1.800	487,00

Piso Frio – Museu das Secas	800	641,00
Área Externa	1.000	28,00

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO E DO EMPENHO**

5.1. A despesa inicial deste Termo Aditivo, acha-se assegurada parcialmente através da Nota de Empenho nº 2023NE000316, datada de 17 de novembro de 2023, PTRES nº 168796, Natureza da Despesa nº 339037, Fonte nº 0100000000, no valor de R\$ 152.396,22 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), emitida pela Administração Central do DNOCS, devendo o restante ser empenhado oportunamente de acordo com o orçamento do DNOCS.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

6.1. A **CONTRATADA** renovará a garantia prestada no valor de 5% (cinco por cento) do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da assinatura deste instrumento.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

7.1. Ratificam-se todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato DNOCS nº 69/2018, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente instrumento.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO**

8.1. A eficácia deste Termo Aditivo decorrerá de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial da União, que será providenciado pelo **DNOCS**, observado o disposto no parágrafo único, art. 61 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

8.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

FERNANDO MARCONDES DE ARAUJO LEÃO
Diretor Geral do DNOCS

NARCELIO MOREIRA ALBUQUERQUE
Diretor Administrativo do DNOCS

DEYVID MORAIS DA SILVA
Representante Legal

TESTEMUNHAS		
NOME	CPF	CARGO / FUNÇÃO
Paulo Cesar Lopes Barsi	153.755.363-15	Chefe da Divisão de Recursos Logísticos
Antônio de Pádua Araújo Farias	031.354.973-72	Chefe do Serviço de Atividades Gerais



Documento assinado eletronicamente por **DEYVID MORAIS DA SILVA, Usuário Externo**, em 14/12/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio de Pádua Araújo Farias, Testemunha**, em 14/12/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Lopes Barsi, Testemunha**, em 15/12/2023, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Narcélio Moreira Albuquerque, Diretor Administrativo**, em 18/12/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Marcondes de Araújo Leão, Diretor Geral**, em 18/12/2023, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1517551** e o código CRC **60EF3577**.
